

Ecoturismo – uma proposta de implantação na reserva particular de patrimônio natural fazenda Pantanal, Codó-MA

Ecotourism - a proposal for implementation in the private reserve of natural heritage farm Pantanal, Codó-MA

DOI:10.34117/bjdv7n3-002

Recebimento dos originais: 27/02/2021

Aceitação para publicação: 01/03/2021

Rebeca Reis Carvalho

Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI), docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Codó;
Endereço: Estrada Puraque, S/N – Zona Rural, Codó-MA, CEP: 65400-000
E-mail: rebeca@ifma.edu.br

Marlene Sousa Silva

Mestra em Prática de Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Timon;
Endereço: Av. Luís Firmino de Sousa, 3907, Timon-MA, CEP: 65635-468
E-mail: marlene.safira@ifma.edu.br

Emannuelle Rocha de Magalhães Moreira

Pós-graduada em Gestão Ambiental e Ecoturismo, Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), docente substituta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA);
Endereço: Rua Lima Barreto, qd.25, It 23, Residencial Ouro Verde, Açailândia-MA, CEP: 65930-000
E-mail: e.rocha.magalhaes@hotmail.com

Francisco Magalhães de Moraes

In memoriam - aluno PIBIC/IFMA, Ensino Médio integrado ao Curso Técnico em Meio Ambiente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus Codó;
Endereço: Estrada Puraque, S/N – Zona Rural, Codó-MA, CEP: 65400-000
E-mail: franciscomagalhaes.7@hotmail.com

Maria Roselane Alves de Oliveira

Mestranda em Fitopatologia na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);
Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, S/N – Dois Irmãos, Recife-PE, CEP: 52171-900
E-mail: roselany.alves@hotmail.com

Anna Michelly Barroso de Sousa

Pós-graduanda em Libras/Português: tradução e interpretação, Instituto ATHENAS, psicóloga do Centro de Assistência Psicossocial – CRAS;
Endereço: Vila damasceno, Colinas-MA, CEP: 65690-000
E-mail: anna.michelly@hotmail.com

RESUMO

Considerado como um tipo de turismo de baixo impacto ambiental, o ecoturismo é feito por pequenos grupos com possibilidade de sustentação econômica, tanto para as unidades de conservação (UC's) onde ele possa ser praticado, como para as comunidades locais em termos de geração de renda. O presente artigo tem como objetivo elaborar uma proposta de implantação do Ecoturismo na Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Pantanal, baseado em princípios de sustentabilidade ambiental, no município de Codó-MA. A metodologia utilizada foram pesquisas documental, bibliográfica e, principalmente, de campo, que foi desenvolvida através de entrevistas com perguntas semi-estruturadas, com relatos de experiências e registros fotográficos. O resultado da pesquisa aponta para a realização de um diagnóstico ambiental mais preciso e detalhado, que terá como objetivo identificar os fatores físicos, bióticos e antrópicos, da região em estudo, bem como as interações que eles estabelecem entre si por meio das quais se apreende a dinâmica dos ecossistemas. O diagnóstico deverá caracterizar as potencialidades e vulnerabilidades da área, face às atividades transformadoras previstas. Dessa forma, conclui-se que a prática do ecoturismo só torna-se viável se for adotado um modelo de planejamento e gestão adequada com a participação de todos, sejam os proprietários, turistas, comunidades e população local, respeitando as atribuições de cada um e promovendo atividades de geração de emprego e renda baseada em princípios da sustentabilidade.

Palavras-chave: unidades de conservação, comunidades, desenvolvimento sustentável, ecoturismo, educação ambiental

ABSTRACT

Considered as a type of tourism with low environmental impact, ecotourism is carried out by small groups with the possibility of economic support, both for conservation units (UC's) where it can be practiced, and for local communities in terms of income generation. This article aims to elaborate a proposal for the implantation of Ecotourism in the Private Reserve of Natural Heritage (RPPN) Fazenda Pantanal, based on principles of environmental sustainability, in the municipality of Codó-MA. The methodology used was documentary, bibliographic and, mainly, field research, which was developed through interviews with semi-structured questions, with reports of experiences and photographic records. The result of the research points to the realization of a more precise and detailed environmental diagnosis, which will aim to identify the physical, biotic and anthropic factors of the region under study, as well as the interactions that they establish among themselves through which it is learned. the dynamics of ecosystems. The diagnosis should characterize the potential and vulnerabilities of the area, in view of the expected transformational activities. Thus, it is concluded that the practice of ecotourism only becomes viable if an adequate planning and management model is adopted with the participation of all, whether the owners, tourists, communities and the local population, respecting the attributions of each one and promoting employment and income generation activities based on sustainability principles.

Keywords: conservation units, communities, sustainable development, ecotourism, environmental education

1 INTRODUÇÃO

O termo ecoturismo surgiu por volta dos anos de 1980, acompanhando o crescimento do interesse mundial pela integridade do meio ambiente natural e a necessidade de conservá-lo, e como uma reação aos impactos negativos causados pelo turismo de massa^a em ambientes naturais (PASSOLD; KINKER, 2010).

Considerado como um tipo de turismo de baixo impacto ambiental, o ecoturismo é feito por pequenos grupos com possibilidade de sustentação econômica, tanto para as unidades de conservação (UC's) onde ele possa ser praticado, como para as comunidades locais em termos de geração de renda (CORIOLANO, 2006). Essa definição, com ênfase no aspecto econômico, converge ainda para o aspecto de relevância ambiental, principalmente no conceito utilizado pelas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Ministério do Meio Ambiente, que o define como "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas" (BRASIL, 1994, p.19).

Do ponto de vista teórico, a análise dessa definição e de várias outras encontradas na literatura acerca do tema em questão, destacam como aspectos em comum, a ligação do Ecoturismo aos pilares do desenvolvimento sustentável, que de acordo com Pelicioni e Toledo (2010) são: o uso adequado dos recursos naturais, que garanta a sua conservação; o envolvimento das populações locais, respeitando-se sua cultura; e a formação de uma consciência ambientalista que, poderá ser estimulada se fizer parte de um processo educativo.

Percebe-se, assim, que o Ecoturismo é um exemplo, dentre muitos, de como colocar em prática os princípios da sustentabilidade e gerar alternativas de novos negócios na economia com equilíbrio ambiental e participação da comunidade local. Para isso, utiliza a Educação Ambiental como instrumento técnico-metodológico de singular importância e aplicabilidade no desenvolvimento de um Ecoturismo realmente sustentável (MILHOMENS, 2002).

Dentre as atividades a serem desenvolvidas no Ecoturismo, é possível relacionar diferentes modalidades: acampamento ou *camping* (pernoite em barracas instaladas no meio natural), caminhada (pode ser em trilhas ou não), cavalgada, ciclismo, escalada (em montanhas ou paredões de rocha), espeleoturismo (exploração de cavernas), arborismo (explorar o extrato superior das matas, por meio de cordas, passarelas e mirantes), mergulho, montanhismo

^a Turismo de massa: tipo de turismo realizado pelas pessoas de menor nível de rendimentos, viajando na sua maioria, em grupos, ocasionando grandes impactos ambientais no local visitado, sendo escassos os seus gastos, a sua permanência de curta duração, ocupando, em regra, os estabelecimentos hoteleiros de menor categoria e os meios complementares de alojamento (parques de campismo, apartamentos, quartos particulares, entre outros).

(caminhadas e acampamentos em regiões montanhosas), observação da fauna e da flora, passeios de barco ou jipe, *rafting* (bote de borracha para descer rios e corredeiras), rapel (técnica de descida de obstáculos controlada por um cabo), a pesca amadora esportiva (prática de captura de peixes em rios, lagos e mares), entre outras (GOIDANICH; MOLETTA, 2000).

No Brasil, experiências de desenvolvimento do Ecoturismo em UC's vem buscando adotar os princípios da sustentabilidade em favor do meio ambiente, favorecendo a natureza e o elemento humano. Segundo Moraes (2000), o Programa Nacional de Desenvolvimento de Pólos Ecoturísticos (PNDPE), desenvolvido em 1996, foi o ponto de partida para a implantação da atividade de Ecoturismo nas primeiras unidades de conservação, inicialmente parques nacionais e entornos, administradas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

De acordo com o inciso I do Art. 2º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as unidades de conservação compreendem o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000). Conhecida também como a "Lei do SNUC", estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, na qual define duas categorias de UCs: unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. Dentro das unidades de uso sustentável encontra-se no Art. 21 da aludida Lei, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), “área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (BRASIL, 2000).

No Estado do Maranhão, são reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 11 (onze) RPPN's, localizadas nas regiões Centro e Norte do Estado e compreendem uma área de 3738.28 hectares (ha), segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2012).

Dentre elas podemos destacar a RPPN Fazenda Pantanal, localizada no município de Codó-MA, com uma área de 40,7664 hectares (ha), que foi escolhida como objeto de estudo por apresentar um grande potencial ecoturístico praticamente inexplorado.

Ante ao exposto, o problema de pesquisa que orientou a presente proposta de investigação foi situado a partir das seguintes questões: Quais são os recursos naturais e culturais existentes na RPPN Fazenda Pantanal? Quais são as atividades de Ecoturismo que podem ser desenvolvidas na referida unidade de conservação favorecendo o proprietário e a comunidade

do entorno e corroborando com os princípios da sustentabilidade turística? Como deverá ocorrer a integração entre a RPPN Fazenda Pantanal e os setores envolvidos direto ou indiretamente com o turismo no município de Codó? Acredita-se que o estudo preencherá uma lacuna ante ao contexto citado, delineando um quadro situacional que poderá refletir uma situação particular, mas também contributiva para as discussões sobre as práticas ecoturísticas no Maranhão.

O objetivo geral da pesquisa foi elaborar uma proposta de implantação do Ecoturismo na Reserva Particular de Patrimônio Natural Fazenda Pantanal, baseado em princípios de sustentabilidade ambiental, no município de Codó-MA. Dessa forma os objetivos específicos foram: identificar os recursos naturais e culturais existentes na Reserva; avaliar a infraestrutura local; identificar o proprietário, a comunidade do interior e do entorno, as organizações não governamentais e os setores público e privado envolvidos com o turismo no município; demonstrar a importância do fortalecimento das bases locais para a sustentabilidade no Ecoturismo e propor atividades ecoturísticas baseadas nos princípios de sustentabilidade ambiental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Sabe-se que uma das formas de se buscar a sustentabilidade nas unidades de conservação é através do desenvolvimento do Ecoturismo, principalmente em áreas que já possuem um cenário favorável como é o caso Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Pantanal. No entanto, faz-se necessário realizar um levantamento dos recursos naturais e culturais encontrados na reserva, para propor atividades ecoturísticas que priorizem o envolvimento dos proprietários e comunidade do entorno, levando em consideração seus hábitos e cultura; a integração entre atores sociais, como associações, empreendedores de turismo, prefeitura, conselho municipal de turismo; o planejamento na conservação, manutenção e gestão dos atrativos; o fortalecimento de associações locais de monitores ambientais, de proprietários de pousadas e restaurantes; a viabilização de infra-estrutura básica de acessos, saneamento, energia e comunicações; a implantação de equipamentos turísticos como pousadas, atrativos e postos de informações que se adequem aos padrões culturais locais; assim como a melhoria dos serviços básicos para a população local que podem se beneficiar com o turismo, como saúde, educação, transporte, sinalização, entre outros (CIVILIS; WWF-BRASIL, 2003).

Nesse contexto, o procedimento adotado inicialmente para a elaboração da proposta de implantação do Ecoturismo na RPPN Fazenda Pantanal, foi a pesquisa documental com uso de fontes primárias, provenientes de órgãos/instituições que realizaram estudos e/ou observações, gerando arquivos, fontes estatísticas e fontes não-escritas, tais como dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2012), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2012), da Prefeitura Municipal de Codó-MA, além de Portarias e Leis dos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, entre outras fontes. No segundo momento foi realizada a pesquisa bibliográfica, que se caracterizou por buscar a explicação do problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, revistas e outros (RAMPAZZO, 2002). Os temas de referência contemplados nos descritores foram ecoturismo, sustentabilidade, comunidade, turismo, unidade de conservação e educação ambiental.

Posteriormente, foi feita a pesquisa de campo, que proporcionou um contato direto com a realidade natural e social, com observações *in loco*, registro fotográfico e relato de experiências (CARLINI, 2004). A pesquisa encontra-se em sua fase inicial, no qual foi possível coletar apenas dados qualitativos, com a realização de entrevistas semi-padronizadas e observações de campo, que investigaram o potencial ecoturístico e as atividades já desenvolvidas na reserva, avaliaram a infra-estrutura existente, identificaram a comunidade do interior e do entorno e os órgãos envolvidos com o turismo, além de buscarem alternativas para as atividades que possam ser desenvolvidas na RPPN.

O universo pesquisado foi a comunidade do interior e do entorno da RPPN Fazenda Pantanal, os órgãos envolvidos com o turismo no município e profissionais que desenvolveram qualquer tipo de pesquisa no local. Utilizou-se o recurso da amostragem, definida como não probabilística acidental, no qual foram entrevistadas as pessoas que se fizerem presentes no momento da pesquisa e concordarem com a realização da mesma. O tamanho da amostra foi definido no próprio local.

A RPPN Fazenda Pantanal localiza-se a aproximadamente a 6 km da área urbana de Codó, a margem direita da rodovia MA 123 que liga Codó a Coelho Neto, na localidade Providência.

O município de Codó está localizado na mesorregião leste do estado do Maranhão, microrregião Codó, com uma área territorial de 4.361,344 km², população de 118.038 pessoas, densidade demográfica de 27,06 hab/km² e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,595, dados oriundos do censo realizado no ano de 2010, está entre as cidades mais desenvolvidas economicamente do Estado (IBGE, 2010).

Situada nesse município, verificou-se que é um dos primeiros registros de unidades de conservação até a data de 24 de fevereiro de 1999, na qual foi instituída pela Portaria 21/99-N, que reconhece a Fazenda Pantanal como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2012).

A referida unidade de conservação possui um quadro de excepcional diversidade

biológica e genética, assim como elevados índices de endemismo, tanto no que se refere à fauna quanto à flora. A região é permeada por matas ciliares e veredas, que acompanham os cursos d'água como o Brejo da Providência. Quanto à infraestrutura, a área dispõe de energia elétrica, água de poço manual e do brejo, restaurante, banheiros e área de lazer.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Brito (2000), o Ecoturismo em unidades de conservação vem crescendo no Brasil em qualidade e quantidade, e, em termos da gestão das unidades, tem oferecido aos administradores uma dimensão palpável de sua performance administrativa e da imagem que a unidade tem para o público, essa avaliação ocorre a partir de componentes como: atrativos naturais e culturais, instalações e serviços, acessibilidade, envolvimento com a comunidade através de projetos de educação ambiental e da promoção de atividades que geram emprego e renda.

Durante o desenvolvimento da pesquisa na RPPN Fazenda Pantanal foi possível conhecer a variedade da fauna local, com destaque para os pequenos mamíferos roedores (cutia, paca, tatu, preá); diversas aves (beija-flor, pipira, sabiá, bem-te-vi, gavião, coruja); alguns répteis (lagartos, camaleão, cobras) e insetos (como formigas bravas de solo e de árvores típicas destes biomas)

A flora localizada próxima ao brejo caracteriza-se por ser hidrófila, destacando-se as espécies: *Myconia macrothyrsa* (figura 1), Banana braba (figura 2) e vegetais com raízes aéreas. Destacam-se, ainda, muitas espécies aquáticas. (figura 3).



Figura 1: *Myconia macrothyrsa*

Figura 2: Banana braba

Figura 3: Espécies aquáticas

Apesar de possuir uma grande diversidade de recursos faunísticos e florísticos, constata-se na reserva a ausência de um plano de manejo, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental e dimensionamento de atividades a serem implantadas.

Em relação aos recursos culturais, podemos destacar apenas a culinária, que apesar de ser ofertada em uma estrutura mínima necessária (figura 4) para receber estudantes, turistas e a comunidade local, busca ofertar pratos típicos da região como galinha caipira, panelada, buchada, arroz de carneiro, juçara, entre outros.

A RPPN compreende uma área de aproximadamente 1.500 m², com atrativos naturais como uma lagoa que é alimentada por um riacho permanente denominado Providência (figura 5), que corta toda sua extensão, formando um belíssimo balneário (figura 6). Além disso, encontramos áreas de preservação praticamente inalteradas pela ação antrópica e de difícil acesso, destacando muita umidade no solo, palmeiras de grande porte e vegetação variada com copas de árvores que se encontram à aproximadamente 15 metros de altura evitando que a insolação chegue ao solo (figura 7).



Figura 4: Estrutura para recepção de visitantes.



Figura 5: Lagoa alimentada pelo riacho Providência.



Figura 6: Balneário.

Figura 7: Áreas praticamente inalteradas.

Quanto à infraestrutura, a reserva não possui qualquer tipo de hospedagem, oferta aos visitantes atividades de trilhas ecológicas e diversão em alguns brinquedos como tobogã, gangorra, balanços, entre outros. O período de funcionamento limita-se aos sábados e domingos sempre administrado pelo proprietário.

A unidade de conservação conta com o apoio de apenas 01 (uma) família instalada no seu interior, que é responsável pela manutenção e preservação do local, sem, contudo, oferecer possibilidades de geração de emprego e renda à comunidade do entorno, que sobrevive da agropecuária e praticamente não interage com o proprietário da reserva para oferta de produtos e serviços.

Verificou-se no final da pesquisa, que falta a realização de um diagnóstico ambiental mais preciso e detalhado, que terá como objetivo identificar os fatores físicos, bióticos e antrópicos, da região em estudo, bem como as interações que eles estabelecem entre si por meio das quais se apreende a dinâmica dos ecossistemas. O diagnóstico, deverá caracterizar as potencialidades e vulnerabilidades da área, face às atividades transformadoras previstas.

4 CONCLUSÕES

A definição de Ecoturismo é enfática sobre a importância de princípios como a conservação do patrimônio ambiental e cultural e a educação ambiental. Estabelece para isso, de acordo com os conceitos de sustentabilidade, que para o desenvolvimento do Ecoturismo, é necessário realizar um processo de planejamento com inventários, diagnósticos, análises de oferta e demanda, determinação de capacidade de carga turística e recreativa, elaboração de planos de condução de impactos, identificação de projetos, ações, fontes de financiamento e

parceiros que possam contribuir direta ou indiretamente para a mitigação dos potenciais impactos negativos e maximização dos benefícios do Ecoturismo, itens estes, que compõem, em sua maioria, um plano de manejo de uma unidade de conservação.

O processo de planejamento deve ser participativo, permitindo a integração proativa das comunidades tradicionais do interior e do entorno da localidade com os demais atores envolvidos no Ecoturismo, como: governo federal, estadual e municipal, ONGs, instituições de ensino e o *trade* (rede de serviços turísticos). Esses representantes são potenciais parceiros da conservação dessas áreas, porém, para tanto, é preciso que sejam planejados e desenvolvidos mecanismos que possam beneficiá-los; nesse sentido, o ecoturismo coloca-se como uma das possibilidades.

Torna-se de fundamental importância reconhecer que, desde o processo de implantação da RPPN Fazenda Pantanal não houve a elaboração do plano de manejo para nortear suas ações e o interesse ou oportunidade de inserir a comunidade nas atividades da mesma, o que ampliaria seu universo de atrativos, tais como a realização de ciclismo, cavalgada, acampamento, caminhada, arvorismo, observação da fauna e da flora, passeios de barco ou jipe, rapel, a pesca amadora esportiva, entre outras. É notável também, a ausência de parceria com as instâncias de governo já mencionadas ou qualquer outro órgão, para aquisição de financiamentos ou assessoria técnica.

A unidade de conservação possui um elevado potencial ecoturístico, porém, falta um diagnóstico mais detalhado dos seus recursos, bem como um levantamento preciso dos potenciais atores que poderão participar do planejamento e gestão da referida unidade.

É fundamental que se tenha conhecimento das principais potencialidades e também das deficiências das unidades de conservação, uma vez que cada “personagem” envolvido na prática do Ecoturismo deve reconhecer seu papel para o seu adequado desenvolvimento, e incluem-se aí os turistas, os moradores dos locais visitados, as populações tradicionais e os órgãos responsáveis por sua gestão e implementação (PELICIONI; TOLEDO, 2010).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48p. Disponível em http://www.mma.gov.br/http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRASIL. Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRITO, M.C.W. Unidades de Conservação: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000. 230p.

CARLINI, A.L. Procedimentos de ensino: escolher e decidir. In: SCARPATO, M.(Org.). Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. 1.ed. São Paulo: Avercamp, 2004. 133p.

CIVILIS, V.; WWF-BRASIL. Sociedade e ecoturismo: na trilha desenvolvimento sustentável: como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do ecoturismo da Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003. 144 p.

CORIOLO, L.N.M.T. Bases Conceituais do Desenvolvimento e do Ecoturismo. In: QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). Turismo e Ambiente – Temas Emergentes. Campinas-SP: Alínea, 2006. 196p.

GOIDANICH, K.L.; MOLLETA, V.F. *Turismo Ecológico*. 3. ed. Porto Alegre-RS: SEBRAE, 2000. 64p.

IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. 2012. Disponível em: < <https://www.gov.br/ibama/pt-br/composicao/quem-e-quem/ibama-nos-estados/ma>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama>. Acesso em: 20 de jan. 2012.

ICMBio. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN – Maranhão. 2012. Disponível em: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/MA/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MILHOMENS, A. Ecoturismo na Mata Atlântica: alternativas para a sustentabilidade. In: MOSLEY, M.G.V; MOSLEY, R. (Orgs.). Desenvolvimento Sustentável em Petrópolis. Petrópolis-RJ: Viana e Mosley, 2002. 122p.

MORAES, W.V. Ecoturismo: um bom negócio com a natureza. Viçosa-MG: UFV, 2000. 141p.

PASSOLD, A.J.; KINKER, S.M.S. *Visitação sustentável em Unidade de Conservação*. In: PHILIPPI Jr; A.; RUSCHMANN, D.V.M (Orgs.) *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. 1.ed. Barueri, SP: Manole, 2010.1027p.

PELICIONI, M.C.F; TOLEDO, R.F. *Educação para o turismo: Turistas e Comunidade*. In: PHILIPPI Jr; A.; RUSCHMANN, D.V.M (Orgs.) *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. 1.ed. Barueri, SP: Manole, 2010.1027p.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002. 160 p.